



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

----- Aos trinta e um dias do mês de julho, do ano dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, no Centro de Artes de Águeda, teve lugar a primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **1. Período da Ordem do Dia:**-----

----- **1.1 - Apreciação e votação da Autorização Prévia da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 6º. da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Assunção de Compromissos Plurianuais, para:**-----

----- **1.1.1 -Fornecimento de Gás Natural a Edifícios Municipais e Edifícios Escolares;**

----- **1.1.2-Aprovação do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2020/2021 e submissão, à Assembleia Municipal, da despesa plurianual relativa à aquisição de serviços de transporte escolar de alunos em circuitos especiais;**-----

----- **1.2 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Concessão de Apoio à Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga;**-----

----- **1.3 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Contrato Interadministrativo – União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo – 2020;**-----

----- **1.4 -Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento - Campanha de Apoio ao comércio local “Compre em Águeda”.**-----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Brito António Rodrigues Salvador, que saudou os presentes, bem como todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente a Águeda TV, desejando a todos um excelente trabalho.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, foi secretariado pelas Senhoras Secretárias **Cristina Paula Fernandes da Cruz e Daniela Carina Mendes.** -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- Brito António Rodrigues Salvador – Juntos; -----

----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD; -----

----- João Carlos Fernandes Figueiredo – Juntos; -----

----- Cristina Paula Fernandes da Cruz – Juntos; -----

----- Marlene Domingues Gaio – PSD; -----

----- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS;-----

----- Luís Armando Ferreira Pina Figueiredo – Juntos; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

- Carlos Filipe Correia de Almeida – PSD; -----
----- Abílio Ferreira Gomes da Silva – Juntos; -----
----- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS; -----
----- Isabel Cristina Correia Ferreira – PS; -----
----- Daniela Carina Mendes – Juntos; -----
----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD; -----
----- Rogério Magalhães Matias – Juntos; -----
----- António Jorge Pereira de Oliveira – PS; -----
----- Humberto José Tavares Moreira – Juntos; -----
----- Ana Rita Brito Carlos – PSD; -----
----- Maria João Marques Tavares – Juntos; -----
----- José António Parada Figueira – PSD; -----
----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União
de Freguesia (PJF):** -----
----- Albano Marques Abrantes – PJ de Aguada de Cima; -----
----- Jorge Manuel Castanheira Martins – PUF Águeda e Borralha; -----
----- Wilson José Oliveira Dias Gaio - PUF de Barrô e Aguada de Baixo;-----
----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PUF de Belazaima do Chão, Castanheira e Agadão;
----- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----
----- Hugo Silva – (Secretário) JF de Macinhata do Vouga; -----
----- Pedro António Machado Vidal – PUF de Préstimo e Macieira; -----
----- Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----
----- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
----- Lino André Pessoa Santos – (Secretário) UF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; ---
-----Luís Filipe Tondela Falcão – PJ de Valongo do Vouga; -----
----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----
----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente; -----
----- Edson Carlos Viegas Santos – Juntos – Vereador; -----
----- Elsa Margarida de Melo Corga – Juntos – Vereadora; -----
----- João Carlos Gomes Clemente – Juntos – Vereador; -----
----- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – Vereador; -----
----- António Manuel gama Duarte – PS – Vereador; -----
----- Antero Ricardo dos Santos Almeida – PSD – Vereador-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----
----- A Deputada Maria de Fátima Sampaio Silva comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria José António Parada Figueira; o Deputado Pedro Miguel Alpoim Marques também comunicou que não poderia estar presente sendo substituído por Luís Armando Ferreira Pina Figueiredo; o Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga, Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques também comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria o Secretário da Junta de Freguesia Hugo Silva; o Presidente da União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, Paulo Jorge Reis Tavares, também comunicou que não poderia estar presente sendo substituído pelo Secretário da União de Freguesias, Lino André Pessoa Santos, por fim, a Deputada Carla Eliana da Costa Tavares comunicou que não poderia estar presente não sendo possível nomear alguém para sua substituição-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Neste ponto, não esteve presente público pelo que não houve intervenções.-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **1.1-Apreciação e votação da Autorização Prévia da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 6º. da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Assunção de Compromissos Plurianuais, para:-----**

----- **1.1.1-Fornecimento de Gás Natural a Edifícios Municipais e Edifícios Escolares;-**

----- **1.1.2-Aprovação do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2020/2021 e submissão, à Assembleia Municipal, da despesa plurianual relativa à aquisição de serviços de transporte escolar de alunos em circuitos especiais;-----**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, como tem sido hábito discutem-se os pontos em simultâneo, sendo de seguida votados individualmente cada ponto.-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente; -----**

----- “Aproveito para saudar todos, pedir quase desculpa porque, isto é quase uma maldade, no último dia do mês estarmos aqui, mas sobretudo pelo assunto que tem a ver com o Plano de Transportes, não nos foi possível andar mais rápido porque os elementos que nos chegam das escolas, neste ano tão atípico, não puderam ser antes.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

aprovar por unanimidade, a **Assunção de Compromissos Plurianuais, para Fornecimento de Gás Natural a Edifícios Municipais e Edifícios Escolares.**-----

----- **1.1.2-Aprovação do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2020/2021 e submissão, à Assembleia Municipal, da despesa plurianual relativa à aquisição de serviços de transporte escolar de alunos em circuitos especiais;**-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar por unanimidade, a **Assunção de Compromissos Plurianuais para Aprovação do Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2020/2021 e submissão, à Assembleia Municipal, da despesa plurianual relativa à aquisição de serviços de transporte escolar de alunos em circuitos especiais.**-----

----- **1.2 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Concessão de Apoio à Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

-----“Somente para dizer que temos aqui mais duas Juntas de Freguesia que nos apresentaram as suas propostas, ainda faltam algumas que virão entretanto, espero eu em setembro, são mais duas Juntas de Freguesia a quem o Município vai prestar o seu apoio como é normal.”-----

----- **Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira;** -----

----- “Hoje, venho aqui e aproveito para intervir neste ponto relativamente a apoios às Juntas de Freguesia exatamente para questionar o Senhor Presidente da Câmara se relativamente à questão da unidade de saúde de Travassô, assim como os contratos interadministrativos com a nossa União de Freguesias, já na última Assembleia tive oportunidade de vir cá e venho hoje novamente perguntar acerca desta unidade de saúde por um motivo muito concreto.-----

----- Senhor Presidente, nós temos as nossas divergências pessoais, que não devem interferir naquilo que são os nossos interesses políticos, que acho que são comuns entre nós, que é defendermos a população que nos elegeu. Sobre isso, acho que é uma questão perfeitamente entendível para todos. No entanto, relativamente a esta questão da saúde, estou preocupado, o meu executivo, estamos muito preocupados, porquê? Sabemos que para esta Câmara a saúde é claramente uma prioridade, acho que é unânime para todos nós, mas ainda hoje fomos saudados com a notícia de que o centro de saúde de Águeda irá avançar, é uma excelente notícia, a questão do hospital, das unidades de saúde, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

estamos cada vez mais preocupados com o tempo a passar relativamente à unidade de Travassô.-----

----- A Unidade de Travassô não serve só a nossa Freguesia, serve toda uma zona que abrange freguesias limítrofes, e neste momento encontra-se fechada, e uma das razões encontradas é exatamente a falta de condições de prevenção por causa da questão do Covid.-----

----- É uma questão muito badalada, nós já falámos aqui várias vezes sobre ela e queria-lhe aqui perguntar novamente sobre esta matéria, porque estamos preocupados, é um problema gravíssimo que temos que resolver.-----

-----Queria que, mais uma vez, o Senhor nos pudesse de alguma forma situar relativamente a esta matéria.-----

----- A outra situação tem a ver com isto: nós do ponto de vista dos contratos interadministrativos, estamos em agosto, temos aquela questão dos valores de 2017/2018, como sabe, e também 2019, até às eleições de fevereiro de 2019, mas temos também a segunda tranche das obras de contratos interadministrativos do ano passado, que no dia de hoje ainda não recebemos, e que de alguma forma estamos aqui perante os fornecedores com alguns problemas, como calcula, e também para este ano, estamos em agosto, e seja relativamente a esta questão da obra propriamente dita, seja em relação aos apoios à Junta de Freguesia, nós não sabemos com o que é que podemos contar até final do ano. -----

----- Quería-lhe perguntar aqui sobre isto e de alguma forma queria que nos pudesse elucidar sobre esta matéria.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “ Respondo diretamente para Senhor Presidente e dizer-lhe que as nossas divergências pessoais, se é que existem, não têm nada a ver com o que tem que ver com a Câmara Municipal e com a Junta de Freguesia, ai da minha parte, esteja descansado.-----

----- Aquilo que lhe tenho vindo a dizer, quero-lhe dizer que estou a fazer plenamente da forma como disse que o fazia, provavelmente posso e devo explicar e é muito simples.-----

----- Ainda ontem tivemos uma reunião de Executivo extraordinária exatamente para quê? Para aprovarmos o lançamento de duas obras para as quais temos prazos a cumprir, porquê? Porque têm financiamentos comunitários e portanto teríamos que o fazer.-----

----- Ontem fizemos a aprovação em Executivo do lançamento das obras para o centro de saúde de Águeda, uma obra de cerca de milhão e duzentos e cinquenta mil euros, mais quê, menos quê, e também as obras de infra-estruturação da segunda fase do PEC, num valor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

também a rondar os três milhões e meio de euros, e estas obras, com as quais estivemos a trabalhar com os projetos de uma forma perfeitamente exaustiva para cumprirmos estes prazos, também para nós era trinta e um de julho e tinha que estar até trinta e um de julho, portanto fizemos uma autentica corrida empenhado todos os meios possíveis que a Câmara tem para cumprirmos este requisito.-----

----- Está cumprido, neste momento estamos a carregar todos esses processos de obras e tal como lhe disse, o processo da obra de Travassô, logo que passasse esta obrigação maior iria entrar. É exatamente isso que vai acontecer nos próximos dias com os nossos meios naturalmente e fazemos com que a obra ande.-----

----- A seguir vamos ver com o andamento do processo do próprio concurso e naturalmente que estaremos aqui para conversar e tomar as nossas medidas.-----

----- Foi isto que lhe disse com total clareza, agradeço até por me permitirem aqui explicá-lo desta forma tão óbvia e tão clara.-----

----- Quanto ao resto, naturalmente que a sua Junta de Freguesia está a ser tratada "passo a palavra" tal e qual como qualquer outra Junta Freguesia e isso é notório porque efetivamente é a nossa forma de estar."-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- "A primeira questão tem a ver com um apelo que lhe faço, nós fomos muitas das vezes, esta Assembleia Municipal e os políticos, são apelidados de não querer discutir os assuntos e de sem conteúdo.-----

----- Nesta Assembleia Municipal, somos aqui chamados com quatro pontos muito rápidos, não é culpa do Senhor Presidente, percebo isso perfeitamente, mas podemos hoje ter um pouquinho mais de tolerância porque é uma Assembleia que vai durar cinco, dez minutos, viemos aqui todos e podemos discutir questões importantes.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara acabou de dar aqui um esclarecimento importante, ele próprio disse "obrigado por me permitirem falar sobre isto" e o colega Sérgio Neves veio aqui falar de uma questão que atrapalha a sua União de Freguesias e que é importante.-----

----- Da mesma maneira como é permitido ao Senhor Presidente da Câmara esclarecer um conjunto de situações, também nos deve ser permitido esclarecer.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara falou de duas obras com financiamento comunitário, falou que vai ser lançado um concurso para o PEC de três milhões e tal de euros que com IVA são cerca de quatro milhões de euros, penso que será à volta disso, e que tem financiamento comunitário, qual é o valor de financiamento comunitário que esta obra vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

ter? Já está aprovado?-----

----- Faço esta pergunta porque a não mais que trinta dias estivemos aqui a discutir exatamente o Parque Empresarial do Casarão, falamos sobre isto tudo, ninguém nos disse que estava um projeto em fase final, foi-nos dito exatamente isto: "Foi deixado pelo Dr. Gil Nadais projetos no valor de sete milhões de euros que é impossível de cumprir, portanto o Parque Empresarial do Casarão mais à frente se verá", e passado quase trinta dias, aparece ontem em reunião de Câmara, o Senhor Presidente hoje anunciou e acho muito bem que sim, quatro milhões de euros no Parque Empresarial do Casarão, não estamos contra atenção, a minha questão é, há financiamento sim senhor, e diz "demos prioridade a estas obras porque tinham financiamento".-----

----- Quero recordar que, muito antes destas obras terem financiamento, a unidade de saúde de Travassô também tinha financiamento noventa mil euros no PAS há muitos anos. Há muitos anos que esta Câmara perdeu este financiamento no PAS, este financiamento depois, como esta Câmara e anterior Junta de Freguesia não fizeram esta obra, não executaram esse valor e é por causa de não terem executado esse valor que hoje a população de Travassô está como está, é por isso que esta unidade de saúde hoje está fechada, o Senhor Presidente sabe disso.-----

----- Este valor transitou depois a seguir, no âmbito das obras do PAS na comunidade intermunicipal para um valor global, o Senhor sabe muito bem o que estou a dizer, foram todos juntos estes valores que não foram executados e depois Águeda voltou a ter este valor, porque Águeda optou e muito bem por garantir este valor, mas se o tivesse executado provavelmente tinha tido acesso a outras soluções.-----

----- A minha questão é exatamente esta, quando diz "avançamos com outros projetos porque tinham financiamento" este também tem, pelo menos noventa mil euros também tinha de financiamento e continua a ter, segundo sei, não sei se já terminou, se não terminou.-----

----- O Senhor é que define as prioridades, o Executivo é que define as prioridades, mas é de alguma maneira injusto porque estamos num momento de saúde muito importante e a população de Travassô sofre bastante com isto, e o Senhor sabe muito bem o que é que se está a passar nos centros de saúde."-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- "Uma das coisas que mais gosto é de esclarecer, é esse o meu papel e também não tenho problema de esclarecer.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 31 de julho de 2020

----- Primeira questão, é falso que a unidade de saúde de Travassô esteja fechada por este motivo, está essa, e estão uma série delas, aliás falamos aqui, também na última Assembleia, e espero que tenha sido bem escutado que acho inacreditável o que está a acontecer nas unidades de saúde pelo país, esta questão e até me lembro de ter referido aqui, que há consultas feitas à janela, nas traseiras dos centros de saúde, e não é só em Águeda, não é uma questão de Águeda, uma fotografia que vi, curiosamente, era mesmo em Aveiro, no centro de saúde, na sede. Uma janela cheia de autocolantes a dizer, " não se encoste, fuja" pareceu-me ser isso e então a pessoa era atendida à janela desta forma absolutamente incrível em que também disse uma outra coisa muito interessante, penso eu, pelo menos para mim, é que não acredito sinceramente que esta malta que veste uma farda toda a vida, diz que é pessoal de saúde e que estão para tratar de doentes, só por que há o Covid, desapareceram. Não sei, muito sinceramente, faz-me lembrar aqueles graduados que quando ouvem o primeiro tiro, despem logo a farda, não me parece que seja muito bem.

----- Clamo aqui a quem de direito e a quem tem poder sobre estes profissionais, recordo que sou um profissional de saúde, para os porem a trabalhar, a tratar as nossas populações com dignidade é isso que é importante.-----

----- Que fique aqui absolutamente claro esta questão, a unidade e saúde não está encerrada por este motivo porque até estão outras, outras nas mesmas circunstâncias, que fique absolutamente claro isso.-----

----- Relativamente à outra questão de dizer que nós não fizemos a obra e a comparticipação, efetivamente há uma comparticipação, não de noventa mil euros, mas de oitenta e cinco mil euros no PACTO.-----

----- O dinheiro não está perdido, a única coisa que nós fizemos foi, quando com o Senhor Presidente de Junta chegamos a acordo, e fizemos este acordo, não vale a pena estarmos cá com outras questões, para fazermos as obras no edifício da Junta de Freguesia, esta obra deixa de ser ilegível, porquê? Exatamente e desde logo por causa da questão da propriedade do próprio terreno e da própria propriedade onde ela vai ser feita. O que combinamos nessa altura e continuo aqui a dizê-lo, porque ainda não desviei uma vírgula daquilo que combinei com o Senhor Presidente da Junta, certo?-----

----- Estou exatamente a prosseguir o mesmo caminho sempre, por isso é que às vezes não percebo algumas coisas, aquilo que combinamos foi que a Câmara asseguraria os meios financeiro para fazer a obra, através de um apoio à Junta de Freguesia, como não é legível, para não perdermos o dinheiro, estou a tratar das coisas para quê? Para reforçarmos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

oitenta e cinco mil euros a comparticipação do cento de saúde de Águeda, estamos entendidos? O dinheiro não se vai perder, é exatamente isto que nós estamos a fazer.-----

----- Quanto ao resto, penso que esclareci, a partir do momento que estamos a esclarecer fico muito contente.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “Senhor Presidente obrigada pela explicação, essa parte da diferença dos apoios e dos contratos tínhamos percebido, o que é preciso que nós percebamos claramente é isto, a Câmara Municipal está a apoiar e muito bem, apoio esse facto, um conjunto de intervenções em centros de saúde ou unidades de saúde de cuidados primários no concelho de Águeda, está a apoiar Aguada de Cima, está a apoiar em Águeda, agora vai apoiar em Travassô e a minha questão é exatamente esta, estes apoios vão retirar os apoios normais que costuma fazer e costuma contratualizar com estas Juntas de Freguesia?-----

----- Porque nós, como o Senhor diz e muito bem, diz que costuma transferir cerca de um milhão e duzentos mil ou um milhão e quinhentos mil, agora a retórica, cada um sabe a que tem, para as Juntas de Freguesia e para isto estabelece dois tipos de contratos: uma delegação de competências e depois um contrato, penso que é interadministrativos, não sei exatamente o nome, mas penso que é este; o facto de Aguada de Cima neste momento ter uma intervenção de cerca de meio milhão de euros na sua unidade de saúde; o facto de Águeda ter uma intervenção de um milhão de euros, ainda que a obra de Águeda seja financiada; o facto de Travassô ter uma intervenção de trezentos e cinquenta mil euros, ainda não se sabe qual é o valor certo, mas são os valores mais ou menos apontados, à volta disso, isto vai fazer com que estas Freguesias possam não ter os apoios normais que têm nesses contratos interadministrativos? A pergunta é muito clara.-----

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----

----- “ Em primeiro lugar queria saudar o Senhor Presidente da Câmara, dizer-lhe que não é só em Aveiro, no nosso concelho essa questão de atendimento à janela também se passa, falo à vontade, passou-se comigo, portanto, sei do que é que se está a passar.-----

----- Ainda a questão aqui de Travassô, permitam-me pôr a questão ao contrário.-----

----- Acho que nós enquanto comunidade vamos fazer, seja a Câmara, seja o Estado, seja quem for, é agarrar num bem que é do povo, utilizá-lo a bem do povo.-----

----- E se eu quiser ver a questão ao contrário digo assim, a Junta de Freguesia de Travassô e Óis, disponibiliza a sua população para o seu bem, o seu edifício que por acaso coincidia com a sua sede.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 31 de julho de 2020

----- Acho muito bem que se ganhem energias, que se poupe dinheiro ao erário público para este propósito, o que espero da sua parte, deixou isso aqui claro, é que também esteja imbuído deste espírito de poupar dinheiro ao erário público para de uma só vez resolvermos dois problemas, porque acho que o que se centra aqui é exatamente naquela localização resolver um problema que para mim é nuclear para as pessoas, que é o problema da saúde.-----

----- Esta é a primeira questão, não podia deixar este reparo que penso que é positivo.-----

----- Mas o tempo urge e hoje em dia com os problemas que se colocam cada vez mais para com as populações lançava-lhe o repto de o fazer o mais rapidamente possível.-----

----- Fazer esse e fazer outro, fazer o disponibilizar, tenho sentido isso um bocadinho com as juntas de freguesia, disponibilizar o mais rapidamente possível os dinheiros e as verbas necessárias para quê? Para que as Juntas possam fazer, não é a primeira vez que o venho dizer, esta obra de proximidade, esta obra que traz conforto que aproxima os órgãos de decisão autárquicos das pessoas, não é hoje que o digo, digo há muito tempo.-----

----- Por favor, faça esse esforço, esse esforço é necessário, não há razões para nós hoje, não termos de forma atempada, as contas certas com as nossas Juntas, de modo a que elas tenham verba o mais rapidamente possível para intervirem mais, para deixarem as pessoas com mais conforto e já agora também, para elas próprias potenciarem alguma obra pública mesmo que pequena necessária para diminuir o impacto de desemprego, já me ouvem dizer isto há muito tempo, ele vem lá, há muito tempo que já se dizia que a diminuição da atividade económica que era brutal, que o nosso PIB ia diminuir na ordem dos dois dígitos, cada vez mais as pessoas têm consciência disso.-----

----- Estamos aqui com benurons para a economia, são benurons, vão adiando aquilo que parece inevitável, que é uma quebra brutal do nosso Produto Interno Bruto que tem consequências na vida das pessoas, em primeiro lugar no emprego.-----

----- Na última Assembleia estivemos cá, acordamos todos que há uma necessidade de intervirmos rapidamente sobre um conjunto de situações e eu, já agora se me permite, com anuência do Senhor Presidente, manifestava aqui a minha tristeza de nós não agirmos com a rapidez que se necessita.-----

----- Hoje estamos aqui todos, no último dia de julho, como dizia o cantor português, a seguir entra agosto, mas devia ser um agosto diferente, devia ser um agosto mais profícuo e nós estarmos aqui já agora com uma agenda mais recheada para respondermos de uma forma mais profícuo aquilo que são as exigências que esta época se nos coloca, na certeza de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

uma coisa, da nossa parte, para aquilo que for necessário, como sempre lhe dissemos, estaremos cá para responder afirmativamente, mas por favor, olhe para esta questão, olhe com afinco e vamo-nos deixar muitas vezes de palavras, vamos a atos que é aquilo que é necessário.”-----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira;--

----- “Senhor Presidente, no seguimento dos apoios às Juntas de Freguesia, no dia três deste mês, enviei um e-mail à Câmara Municipal, a dizer que queríamos dar início às nossas obras.-----

----- Já temos as nossas obras adjudicadas, ainda não tive resposta a este e-mail, tenho ligado para a Câmara Municipal, para aquela funcionária que o Senhor contratou, que seria um elo de ligação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, mas pelo menos, há quinze dias que ela não atende o telefone, porque preciso que lá vá alguém para darmos início à obra, quero saber se na segunda-feira já posso dar início à obra ou se tenho que aguardar que alguém lá vá. Se tiver que aguardar que alguém lá vá, peço que não me deixe mais um mês à espera porque as máquinas já estão prontas e preciso pô-las no sítio delas.” -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “Só para dizer que as nossas contas com as Juntas de Freguesia, fazemos por as ter sempre corretas e bem, às vezes há situações pontuais que não conseguimos responder exatamente por aquilo que disse, não podemos dispensar um técnico para ir a correr, vai já agora, conheço a situação, sei que já está na Divisão da Eng.^a Manuela, está já para poderem ir e fazerem isso, a razão que fez com que tivéssemos aqui uma travagem mais forte, foi aquilo que disse, tínhamos que ultimar estes processos que tinham que entrar exatamente nas plataformas até ao dia de hoje, se tinham que entrar há momentos em que temos que tomar decisões e às vezes tem que parar tudo à nossa volta por causa de um determinado assunto, foi um bocadinho o que aconteceu.-----

----- Já tudo vai funcionar, já agora, só para dizer e nesta força que nós temos para combater o Covid e de trabalhar pelo nosso concelho e deixar que a nossa economia não desça, na segunda-feira estou outra vez ao serviço e lá por entrar agosto, estamos cá na mesma, a coisa é exatamente assim, vamos dar tudo o que temos porque acho que há momentos que temos que dar mesmo tudo o que temos e é isso que nós estamos para fazer, quando digo isto que estamos para fazer, é mesmo todos nós e vamos a isto -----

----- Relativamente a esta questão e do esclarecimento que tinha, só queria esclarecer que a proposta que temos para Travassô, e o que acontece em Travassô também acontece numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 31 de julho de 2020

série de freguesias, estou-me a lembrar de Fermentelos que o edifício da Junta de Freguesia é o edifício da unidade de saúde, estou-me a lembrar de Recardães por exemplo, estou-me a lembrar de Macinhata o edifício também é da sua propriedade, de Valongo e estamos a falar de tudo isto, nós temos aqui uma prática que todos nós conhecemos perfeitamente e sabemos.-----

----- Relativamente a Travassô, posso-lhe dizer que estamos a olhar com muito boas probabilidades de um pedido que temos e de uma necessidade que também a própria Câmara tem, porque estas coisas fazem sentido quando trabalhamos em conjunto e as sinergias resolvem o problema à população, quer seja uma competência da Câmara ou da Junta de Freguesia, mas, por exemplo, estamos a analisar a possibilidade de trazermos aqui um apoio para uma carrinha e esta programação que já passou. Relativamente aos transportes era fundamental afinarmos isto para percebermos o cabimento que pode vir a ter, como vê nada muda, estamos completamente disponíveis para continuar a trabalhar nas várias frentes das nossas lutas.-----

----- Agora, o que é que vai acontecer, Macinhata do Vouga adquiriu uma casa ao lado da Junta e vai ampliar a Junta, este apoio à Junta de Freguesia de Macinhata é exatamente para este fim ou seja a Junta de Freguesia de Macinhata na proposta que faz à Câmara para apoio, está a tomar aqui uma decisão e está a escolher, provavelmente tinha outras possibilidades, está a dizer-nos “nós queremos apoiar a Junta de Freguesia”, portanto a Câmara está a apoiar aqui a ampliação da Junta de Freguesia, vamos também fazê-lo com Travassô.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar **por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal de Concessão de Apoio à Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga.**-----

----- **1.3 -Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Contrato Interadministrativo – União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo – 2020;**-----

----- **Wilson José Oliveira Dias Gaio** - PUF de Barrô e Aguada de Baixo;-----

----- “Senhor Presidente, em relação a este contrato interadministrativo, como o Senhor sabe e os meus colegas também sabem, há agora uma regras um bocadinho diferentes de alguns contratos que foram feitos no passado mas que também não serão problemáticas.-----

----- O que gostava aqui de deixar de uma forma clara, até porque queria apanhar a deixa do Pedro Vidal e o Senhor Presidente sabe tão bem ou melhor do que nós, temos muitas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

dificuldades hoje em conseguir pedir orçamentos, se quer orçamentos para fazer algumas obras e depois garantir que elas sejam feitas.-----

----- Por exemplo, não tenho o meu contrato interadministrativo assinado ainda sequer, vai ser aprovado hoje aqui, mas ainda não aprovei na minha Assembleia, só em setembro, mas felizmente temos condições para avançar já com ele. Queria deixar aqui e ter a garantia do Senhor Presidente que a obra vai lá aparecer, ela não está feita mas vai aparecer e os técnicos se estiverem atrasados, às vezes também temos que dar andamento a certas situações, não podemos esperar.-----

----- Queria-lhe pedir que intercedesse nesse sentido, não feche os olhos porque nós não estamos aqui para contornarmos as situações contratuais, mas tem que haver alguma flexibilidade porque os tempos que vivemos são complicados em termos de construção.-----

----- A segunda parte prende-se com um outro contrato interadministrativo que refere verbas do passado que nós acordamos. Pedia ao Senhor Presidente para também agilizar e pedir à Neuza, que agora é o nosso elo de ligação, para nós conseguirmos também ter logo no início de setembro isto tudo encaminhado para na primeira oportunidade também fazermos esse contrato interadministrativo.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “Pedia ao Senhor Presidente de Barrô, relativamente ao contrato interadministrativo do passado que a Junta de Freguesia não o conseguiu concretizar no ano passado, tem este ano para fazer, não é?-----

----- Em relação à matéria em causa que é a construção de valetas, passeios e outras coisas....-----

----- Há uma coisa que queria aqui pedir, porque muitas vezes não é uma questão de agilização ou deixar de agilizar. Nós temos que fazer as coisas corretamente, até porque temos técnicos do Município que vão e que fazem o relatório relativamente ao que está previsto contratualmente, naturalmente que a este técnico não lhe peço nada além de que ele faça o seu trabalho, portanto acho que nenhum de nós também lhe quer pedir nada.-----

----- A única coisa que nós queremos é que as coisas estejam corretas de forma a que possamos efetivamente dentro de toda a legalidade fazer as transferências financeiras e é isso só que acontece, a única coisa que queremos em todo o momento é que todos façam, aliás, disse no ano passado que fiquei pessoalmente triste porque reconheci uma dificuldade que também a própria Câmara Municipal tem, que é a questão que falou da contratualização, nós andamos num tempo em que não é fácil encontrar quem faça, isto acontece, acontece-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

nos em várias áreas e todos nós reconhecemos isso, eu percebendo essas dificuldades, aquilo que desejo efetivamente é que consigamos concretizar e concretizar tudo para que o nosso concelho e sobretudo o nosso povo esteja cada vez melhor e tenha melhores condições, por isso diria, força.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar **por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal de Contrato Interadministrativo – União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo – 2020;**-----

----- **1.4 -Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento - Campanha de Apoio ao comércio local “Compre em Águeda”.**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “ Senhor Presidente pedia que fosse o Senhor Vice-Presidente a dar explicações sobre este assunto que naturalmente é muito mais seguido com ele.”-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos – Juntos – Vereador;** -----

----- “Estou disponível para se alguém quiser fazer alguma questão, alguma dúvida.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS;** -----

----- “Este regulamento é a segunda vez que é apreciado pela Assembleia num curto espaço de tempo, o que demonstra logo à partida que a primeira versão não estaria inteiramente em conformidade com aquilo que era pretendido.-----

----- Nós chamamos atenção, na altura colocamos uma série de questões que não receberam resposta satisfatória durante a sessão da Assembleia, ficaram para ser esclarecidas algumas posteriormente, outras para serem consideradas e outras para outra oportunidade, outra edição foi o que eu vi.-----

----- A verdade é que entretanto foi necessário agendar a sua vinda para reaprovação em substituição daquele que tinha sido aprovado.-----

----- Depois de um exercício, que não foi um exercício propriamente difícil, porque estamos a falar de um regulamento que tem nove artigos, deveria ser fácil de compreender e de interpretar, isto pensava eu originalmente, mas depois de começar a lê-lo vi-me confrontado, pensava que teria três, quatro questões para pôr e acabei por enviar à Câmara Municipal, salvo erro, de segunda para terça-feira, vinte e quatro questões relativas ao regulamento, pedindo que, dentro do possível, lhe fosse dada resposta oportuna, quando mencionei a resposta oportuna, oportuna para mim, para ter tempo de analisar e obtive resposta, às sete menos um quarto, tomei conhecimento, por volta das oito da noite, o Senhor Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

Assembleia teve o cuidado de imprimir uma cópia desse e-mail que me entregou, não fosse ele ter-me passado.-----

---- A primeira coisa que tenho a fazer é agradecer a resposta que foi dada.-----

---- Então, vocês vão-me desculpar, não preparei com antecedência como devem imaginar, estava aqui sentado e estava a preparar esta intervenção, sublinhando apenas aquilo que merece ter mais atenção.-----

---- Primeiro lugar, uma das questões que nós achamos importantes quando se toma uma iniciativa, seja ela qual for, é sermos capazes de avaliar aquilo que correu bem, aquilo que correu mal, o que pode ser melhorado, o que tem que ser modificado, e para isso nós temos que criar uma expectativa, nós temos que definir um universo de pessoas a quem queremos chegar, pessoas ou entidades, e temos de definir, isto é a primeira edição, nunca se fez antes, se nós tivermos vinte por cento de aderentes, isto é um sucesso ou um insucesso? É que se for um sucesso, não temos de mexer em nada apesar de só termos chegado a vinte por cento.-----

---- Se chegarmos a oitenta por cento, mas por exemplo, se estivermos a falar, não é o caso, de uma campanha de vacinação, convém que seja cumprida, pelo menos, noventa e nove, cem por cento, se tivermos oitenta por cento de adesões, já não estamos a falar de um sucesso, estamos a falar de um insucesso.-----

---- É a mesma coisa para pagamentos obrigatórios, se nós estamos à espera de chegar a cem por cento e não os atingimos, qualquer percentagem abaixo dos cem por cento é um insucesso.-----

---- Temos que pensar em formas de melhorar, ora isso não era feito, nem foi feito aqui e pedi que fosse identificado e foi-me dito, na resposta que obtive, que haveria, pelo menos, duzentos e cinco entidades que poderiam aderir potencialmente a esta iniciativa, mas que é a primeira vez que o Município leva a cabo a iniciativa e portanto o objetivo é apoiar o comércio local e não há dados relativos ao número de estabelecimentos que vão aderir à campanha, como é evidente, não pode haver.-----

---- Mas era bom que ficasse definido, cinquenta, sessenta estabelecimentos é sucesso ou insucesso?-----

---- Mas passando e andando, a resposta está dada, não importa.-----

---- O artigo número três, do número um, diz ou pretende dizer quais são as entidades que podem aderir a esta campanha do “Compre em Águeda” e lista uma série de CAE que são as classificações das atividades económicas, mas com este texto “A campanha “Compre em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

Águeda” destina-se aos estabelecimentos de comércio local do concelho de Águeda, nomeadamente os que detêm os seguintes CAE” este nomeadamente quer dizer que a enumeração que é feita em seguida, não é exaustiva, quer dizer que outros estabelecimentos podem aderir que não tenham estes CAE, desde que seja tomada uma decisão administrativa que permita a sua inclusão, ou seja o texto é aberto, não é fechado.--

----- Isto vem a propósito do facto de adiante se dizer que a Câmara Municipal pode rejeitar as inscrições que não se enquadrem no ponto um, do artigo terceiro. A minha questão é, então se o artigo terceiro é aberto, porque não enuncia exaustivamente todos os CAE que podem aderir à campanha, porque é que aqui se põe a condicional do “pode” e não a determinação do rejeitará, pura e simplesmente?-----

----- A explicação que foi dada é que isto remeteria sempre a uma decisão da Câmara Municipal, o que está correto.-----

----- O problema é que várias das questões que aqui são colocadas, é que nunca há uma identificação no regulamento, uma identificação perfeita de quem faz o quê.-----

-----O responsável pela campanha é o Senhor Vereador com competência delegada, de acordo com a informação recebida, o Senhor Vice-Presidente Edson Santos, só que muitas vezes diz-se que é a Câmara Municipal que toma as decisões, ora o Senhor Vereador, enquanto organizador do concurso, está em representação da Câmara Municipal, mas a Câmara Municipal é um órgão coletivo, portanto sobre as decisões do Senhor Vereador, cabe recurso para o órgão coletivo que é a Câmara Municipal, também é uma das questões que aqui é colocada.-----

----- Da próxima vez que fizerem um regulamento deste género convém que seja claramente separado aquilo que fica dentro da competência do Vereador ou do Funcionário com a competência delegada e aquilo que cabe exclusivamente ao órgão decidir. É uma sugestão que deixo.-----

----- No número três do artigo quinto, define-se que o comerciante deve carimbar o cupão, mas no número quatro, do mesmo artigo, o referido carimbo não consta dos elementos considerados indispensáveis para a validação dos vales. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que, o artigo diz que o comerciante quando alguém faz uma compra de determinado valor, vai receber um cupão que lhe permite concorrer, tem de carimbar esse cupão, mas depois nos requisitos indispensáveis para a validação dos cupões, não é mencionado o carimbo do comerciante, ou é indispensável ou não é, se não é indispensável então escusamos de pôr o senhor comerciante a praticar um ato inútil, se é indispensável, então



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

deveria constar no regulamento, e seria fácil, era só fazer uma adenda e acrescentar uma alínea que seria a alínea f) a dizer “ o carimbo do comerciante”.-----

----- Ainda no que respeita ao funcionamento, a validade dos cupões é verificada à priori ou apenas só após o sorteio? Foi uma das questões que foi colocada e foi esclarecida, “a validade é verificada após o sorteio.”-----

----- Isto é uma decisão, notem que isto é uma decisão, o regulamento ainda não foi aprovado e já foi aqui tomada uma decisão que não consta em regulamento.-----

----- A verificação da validade dos cupões é feita por funcionário da Câmara Municipal autorizado ou pode ser feita por outra qualquer pessoa ou entidade mesmo que autorizada? E diz, “a verificação será feita por dois funcionários do Município presentes no sorteio e validados por representantes da Câmara Municipal e por um representante das forças de segurança”-----

----- Isto é uma decisão que não consta no regulamento.-----

----- Depois a décima terceira pergunta, o regulamento estabelece o sorteio de um número fixo de cupões, se acontecer haver menos cupões válidos do que o número total de cupões sorteados, incluindo os suplentes, acontece o quê? A resposta é, “*Procede-se à extração de mais cupões considerando que os suplentes não estavam em conformidade.*” -----

----- Isto é uma decisão que não consta no regulamento, não sei se foi ao Executivo Municipal, mas é uma decisão, é uma decisão errada, a meu ver, porque para não me enganar, vou ler textualmente o que diz o regulamento “*O sorteio realizar-se-á mediante a extração de cento e quarenta e cinco cupões, cento e trinta cupões vencedores e quinze cupões suplentes retirados do recipiente que conterà todos os cupões participantes em cada período.*” São cento e quarenta e cinco, se a validade vai ser verificada à posteriori, a leitura daquilo que aqui está escrito é muito simples, se o cupão não é válido não se faz mais nenhuma extração, extraíram-se cento e quarenta e cinco, se alguns não são válidos, paciência.-----

----- Isto é uma decisão que não está de acordo com o texto do regulamento e que foi tomada assim.-----

----- Décima quarta, os cupões que não forem premiados no primeiro sorteio mantêm-se no concurso podendo ser sorteado no segundo sorteio? E a resposta é “ *No final de cada sorteio, os cupões restantes na tombola e que não sejam sorteados, são retirados e armazenados em recipiente próprio, não sendo utilizados para o sorteio seguinte*”-----

----- Isto é uma decisão que também não consta no regulamento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

----- O número três, do artigo sexto, estabelece que o recipiente com cupões será selado pelas dezasseis horas, do dia em que ocorre cada sorteio, na presença de um representante das forças de segurança na dependência do Ministério da Administração Interna.-----

----- Isto é habitual nestes concursos, nós vemos sempre lá o representante, antigamente era do Governador Civil, autoridade presente para testar a idoneidade do concurso, mas estes géneros de concursos, campanhas, chamamos-lhe aquilo que queiram, sorteios, têm uma disposição inicial que é exatamente na presença do mesmo tipo de autoridade, ser aberto o recipiente onde vai ser colocado o conteúdo, os cupões, é verificada a integridade e aquilo depois é selado, de forma a que não haja nenhuma violação, violação que neste caso é mais grave porque os cupões incluem os dados pessoais das pessoas que concorrem e portanto deve-se, com maior rigor, assegurar a integridade desses dados, na minha opinião. Faltaria a mesma disposição, a meu ver, pergunto, foi lapso? Resposta *“não foi lapso, o recipiente será fechado e colocado na presença de várias pessoas que testemunhem a conformidade do mesmo”*.-----

----- Mais uma decisão que não está no regulamento, não sei se foi a deliberação em reunião de Câmara.-----

----- Décima sexta, a propósito da proteção de dados, porque é que não consta no regulamento nenhuma disposição contra a destruição, perante testemunhas, dos cupões não extraídos? Aqueles que dizem o nome da pessoa, a sua morada, cartão cidadão, número de contribuinte, qualquer coisa assim. Resposta: *“o Município de Águeda tem prevista uma política de proteção de dados que será colocada à disposição dos participantes na iniciativa e estará também disponível em todos os estabelecimentos aderentes.”*-----

----- Desconheço qual é esta política, mas a verdade é que isto é outra decisão que não consta no regulamento, de qualquer forma, fico sem saber o que é que vai ser feito aos cupões que não forem extraídos, sei que vão ser armazenados em recipiente próprio.-----

----- Vou saltar a décima sétima, até porque a resposta é simples.-----

----- Décima oitava, nas alíneas a) e b), do número um, do artigo sétimo, lê-se: “serão sorteados oitenta cupões com prémios de duzentos e cinquenta euros, em vales de compras, no valor de vinte euros e dois de vinte e cinco euros, por causa da matemática, temos aqui um número redondo, são vinte mil euros redondos e então se aplicarmos os prémios de duzentos e cinquenta euros tropeçamos na matemática porque isto só dá mesmo para dividir, por dez, mais dois vales de vinte e cinco, dez vales de vinte dá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

duzentos, mais dois de vinte e cinco, dá duzentos e cinquenta, se fosse duzentos e quarenta, por exemplo, não tínhamos esse problema, mas depois já não davam os oitenta certos, dava um número que não era redondo, e perguntei, nós podíamos atribuir prémios de duzentos euros, cumpríamos o mesmo objetivo, chegávamos a mais pessoas e a matemática já passa a bater certo, então tínhamos apenas vales de compras de vinte euros e não esporadicamente vales de vinte e cinco euros e perguntava, porque é que se reduz o número de prémios e se aumenta a complexidade do processo? E a resposta é *“não consideramos que seja o caso”*.-----

----- Então vou explicar porque é que é o caso, é fácil.-----

----- Os senhores vão ter que arranjar ou imprimir, fazerem o que quiserem, dois mil e trezentos vales de vinte euros e trezentos e vinte vales de vinte e cinco, isto é acrescentar complexidade. Depois estes vales de vinte e cinco vão ter que ser distribuídos por cento e sessenta premiados, oitenta de uma vez e oitenta de outra, isto é ou não é aumentar a complexidade?-----

----- Vigésima primeira, uma vez aderindo, os estabelecimentos comerciais são obrigados a cumprir a campanha até trinta de novembro? O que é que acontece a um estabelecimento que adira à iniciativa em agosto, por isso anda a facultar os cupões, a receber a publicidade, mas apresente desistência, tenha de encerrar, o que pode acontecer não por culpa do comerciante, mas por culpa da epidemia, em setembro ou outubro, por exemplo? E a resposta é, *“Os estabelecimentos comerciais que aderirem à campanha, aceitam o regulamento e os respetivos pressupostos no ato de adesão, no caso de haver um encerramento ou outra situação imprevista, será tomada uma decisão a respeito.”*-----

----- O regulamento não prevê esta situação, acho que deveria prever, mas não prevê.-----

----- Mas a melhor é a seguinte, o que é que acontece aos estabelecimentos aderentes que se recusarem a/ou não poderem permitir que os clientes descontem os seus vales na aquisição de produtos? E a resposta é: *“Os estabelecimentos comerciais que aderirem à campanha, aceitam o regulamento e respetivos pressupostos no ato de adesão”*, portanto esta questão não se aplica, porque aceitando o regulamento e os seus pressupostos e não havendo qualquer espécie de penalidade para quem não cumprir o regulamento, especificamente neste caso, então efetivamente não há penalização, não há nada. Um estabelecimento comercial pode perfeitamente recusar-se, perante aquilo que aqui vejo, pode recusar-se a cumprir aquilo que estava definido, sem eu saber o que é que lhe acontece nesse caso, porque não consta no regulamento, não foi dito, penso que não foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

tomada ainda nenhuma decisão.-----

----- Finalmente, porque é que o regulamento não faz qualquer menção às consequências em caso de falsas declarações ou de fraude tentada ou consumada? Estamos a falar de um sorteio, são cem mil euritos a correr em vales de compras, mas apesar de tudo é um sorteio e é habitual neste sorteios ou concursos, aparecer sempre uma clausula que refira isto, aliás nos contratos que a Câmara Municipal vai celebrando também há uma série de menções específicas a casos de falsas declarações ou incumprimentos que ficam lá especificadas, é o que deve ocorrer sempre. E a resposta era *“todas essa especificações decorrem da lei geral, portanto não vimos necessidade de especificar um caso concreto”*, pois não, mas a referência devia constar.-----

----- Vigésimo quarto, porque é que o artigo nono, é respeitante ao fim e ao cabo a direitos porque o artigo nono diz assim: *“disposições finais – As dúvidas e casos omissos que surjam na interpretação e aplicação das presentes normas, serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal de Águeda, sem direito a recurso”*, mas há prazos, esses prazos constam de disposições legais, só que a maior parte dos cidadãos não os conhece e estamos a falar de um regulamento que tem eficácia externa.-----

----- Os regulamentos com eficácia externa são aqueles que potencialmente podem ser vistos por mais pessoas que não estão conhecedoras da matéria e é por isso que nos regulamentos com eficácia externa é de toda a conveniência, no meu entender, que as pessoas saibam que têm um prazo para cumprir, para poder fazer uma reclamação, uma petição ou seja o que for e o órgão ou a pessoas responsável também tem prazos a cumprir, nomeadamente para informar ou para dar resposta, e é verdade os prazos mínimos constam na lei, mas o regulamento até pode dispor, não indo contra a lei, pode dispor os prazos de forma diferente. E a resposta que foi dada é *“não se considerou necessário estabelecer esse prazo considerando que a campanha será por um período de tempo definido”*, ora exatamente por isso é que é importante estabelecer o prazo, pois é por ser por um período de tempo relativamente curto é que convém informar os prazos consoante os casos, durante quinze dias, sessenta ou noventa dias, para o requerimento, a informação, a decisão, etc., a meu ver deveria constar.-----

----- Exatamente porque nos regulamentos com eficácia externa dirigidos ao público geral, é necessário que os cidadãos sejam informados dos seus direitos e dos prazos que têm de cumprir para fazer valer esses direitos.-----

----- Finalmente uma questão que não é de menos importância.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 31 de julho de 2020

----- O Senhor Vereador, neste caso o Senhor Edson Santos, poderia ser outro qualquer, é o responsável pela organização do processo e por se aprovisionar o processo, mas não dita em absoluto tudo, das decisões do Senhor Vereador há possibilidade de recurso para o órgão colegial que é a Câmara Municipal. Uma das questões que fiz tem a ver com o facto de chamar a atenção que nessas decisões tomadas pelo órgão colegial, o Senhor Vereador Edson Santos, ou outro qualquer que esteja nas mesmas condições, só pode intervir para dar explicações, porque é parte interessada, era o que mais faltava que fosse votar sobre um assunto que é um recurso a uma decisão sua, não pode.-----

----- Há outras questões de impedimentos que não vou aqui abordar.-----

----- Há uma questão adicional que tenho, não conheço os dados do concelho, mas a nível nacional os meses com menor atividade de comércio a retalho, dependendo de quando ocorre a Páscoa, são os meses de fevereiro e março, maio e junho, setembro e outubro, a campanha está bem direcionada para os meses de setembro e de outubro e já agora, no nosso caso, acredito que há muita gente de férias, agosto também há-de ser, na nossa região, um mês com menor atividade, até porque muitos estabelecimentos também encerram para férias.-----

----- Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara nos afirmasse aqui o compromisso de não levar a cabo nenhuma iniciativa semelhante a esta, que ocorra ou abarque os três meses anteriores às eleições autárquicas de 2021.-----

----- Isto é uma garantia que quero ouvir do Senhor Presidente da Câmara Municipal, porque o regulamento é claro, isto destina-se a 2020, mas a meu ver, é muito natural que se venha a invocar que é necessário continuar a fazer esse investimento. Gostaria que o Senhor nos dissesse aqui claramente que, nos três meses anteriores às eleições autárquicas de 2021, não vai haver sorteios patrocinados pela Câmara Municipal, primeira questão.-----

----- A segunda, já aqui deixei este apelo por diversas vezes.-----

----- Em setembro ou outubro deveremos pronunciar-nos outra vez sobre a fiscalidade do Município, se o objetivo do Município é ajudar as pessoas e as empresas, neste momento particularmente difícil, então não se aumentem os impostos municipais.-----

----- Mais, se o objetivo é ajudar as empresas, então alargue-se a isenção da taxa da derrama municipal para as empresas com volume de negócios inferior, pelo menos, a cento e cinquenta mil euros, é um benefício importante para as micro empresas, que são na sua maioria as empresas de cariz familiar e com baixo volume de negócios, e que apesar da sua pequena dimensão contribuem para a manutenção das atividades económicas e do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

emprego e que em grande medida se vêm sempre excluídas dos apoios e benefícios para as empresas criadas pelo Estado e mesmo pelo Município, benefícios esses que tendem a ser inteiramente absorvidos pelas empresas maiores.-----

----- Por outro lado, o aumento do valor da isenção da derrama constitui uma forma de alargar a todo o concelho um apoio real às empresas que não estão localizadas na cidade e que não são favorecidas pelas realizações levadas a efeito pela Câmara Municipal ao longo do ano.-----

----- Concluo dizendo que estou disponível para acertos de pormenor neste regulamento.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “A primeira questão, pedir desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não me tinha apercebido que afinal isto não ia demorar dez minutos, não me tinha apercebido que isto afinal ia durar tanto tempo.-----

----- Em relação a este ponto, vou ser mais breve, já o discutimos na última Assembleia Municipal, o PSD também na altura apresentou um conjunto de outras propostas que não foram tidas na altura o Senhor Vice-Presidente respondeu e também não foram tidas agora, mas não vamos voltar a apresentar as mesmas propostas, já foi uma vez, são opiniões e respeitamos esse facto.-----

----- Dissemo-lo na altura e dizemos agora que achamos importante este tipo de campanha, que eu veja aqui é uma campanha que tem origem na situação económica provocada pela pandemia do Covid19, esperemos que o Covid19 não vá continuar no próximo ano, é o apelo que se faz.-----

----- A intervenção do colega que me antecedeu foi longa, não quer dizer que esteja de acordo com tudo, pode às vezes ir ao preciosismo, mas não é desprovida, muito pelo contrário.-----

----- Mas, tem a ver com um conjunto de situações que muitas das vezes nos regulamentos e nos direitos não são tidos no Estado português e neste tipo de concursos a onde basicamente as decisões e as dúvidas são elas todas muito esclarecidas de uma maneira muito focada e onde as possíveis liberdades e direitos não são sempre assegurados, mas não está isso em causa, penso, Senhor Vice-Presidente.-----

----- Em relação aos objetivos, já foi falado da última vez, penso que os objetivos não devem estar dentro do regulamento, mas devem estar dentro da apresentação do regulamento, acho que sim, acho que quando fazemos uma proposta devemos dizer sempre quais são os nossos objetivos, ainda que no início não sejam mesuráveis. O Senhor Vice-Presidente já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 31 de julho de 2020

deu aqui o exemplo do AgitÁgueda, quando se iniciou o AgitÁgueda em Águeda, havia muitos poucos bares a quererem ir para o AgitÁgueda. Depois disso muitos bares querem ir para o AgitÁgueda, estou a fazer minhas as palavras do Senhor Vice-Presidente, e aqui com certeza que com os objetivos e os dados que temos são muito poucos, são muito pouco mesuráveis, dirá o Senhor Vice-Presidente.-----

----- Mas sim, acho que nós devemos neste tipo de situações definir objetivos, métricas, nós devemos sempre em tudo aquilo que estamos a apoiar devemos definir métricas, nós apoiamos com o dinheiro de todos nós, portanto nós gostamos de saber qual é o retorno do dinheiro de todos nós.-----

----- Mas, muito bem, são pequenas notas.-----

----- Por acaso vi aqui, em relação aos elementos que fazem parte do júri, dois da Câmara, dois do Comércio e um do Ministério da Administração Interna, constantemente a Assembleia Municipal está sempre fora disto, é por sinal, o órgão de fiscalização do Município, é aquele que tem efetivamente essa competência e poderia estar. Não há nenhum mal, mas poderia estar, é um alerta para o futuro.-----

----- Em relação à proteção de dados, aí discordo um bocadinho do meu colega Miguel, penso que isso decorre da lei, não me passa pela cabeça que o Município de Águeda não cumpra a lei, naquilo que diz respeito à proteção de dados.-----

----- Tenho uma pergunta final a fazer, essa sim importante, do meu ponto de vista.-----

----- Isso foi-nos trazido aqui na penúltima Assembleia Municipal, de vinte e seis de junho, para entrar em vigor no dia um de julho, mas na altura, e foi o Senhor Vice-Presidente que alertou sobre esse facto, faltava um parecer do Ministério da Administração Interna, sobre esta situação, por isso não entrou em vigor, foi alterado o regulamento e agora trazemos aqui, exatamente como há trinta dias atrás, o mesmo regulamento com as devidas adaptações que estavam efetivamente erradas, para entrar em vigor amanhã, a partir de amanhã este regulamento está em vigor.-----

----- Mas, diz a proposta do Município, *“considerando que se aguarda um parecer do Ministério da Administração Interna que poderá integrar esta campanha na lei, lei do jogo e consequentemente levar ao pagamento de imposto de selo definido pela Autoridade Tributária”*, sabemos o que é que estamos aqui a discutir, foi explicado isto da última vez e foi por isso que não entrou isto.-----

----- A minha questão é, já temos uma resposta da Autoridade Tributária sobre isto? Isto vai entrar amanhã em vigor? Ou não? É que se não entrar amanhã em vigor o que é que vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

acontecer? -----
----- Isso é que é importante, nós vamos aqui, mais uma vez, aprovar um concurso, mas aquilo que nos traz aqui, admito que o Senhor Vice-Presidente tenha dados mais frescos. Aquilo que nos traz aqui da reunião de Câmara de dezasseis de julho, deste ano, é que continuamos à espera do mesmo parecer, se hoje aprovarmos isto aqui, se o parecer não estiver cá, se não entrar em vigor amanhã, voltaremos a ter uma nova Assembleia para voltar a aprovar um novo regulamento para entrar em setembro? Ou pura e simplesmente o Executivo decide não fazer absolutamente mais nada?-----
----- Quanto à votação final, como dissemos da outra vez e diremos agora, estes tipos de iniciativas são de louvar, portanto o voto do PSD é para aprovar.”-----
----- **Manuel Augusto de Almeida Farias** – PS;-----
----- “A primeira questão, dirijo a si Senhor Presidente da Mesa e tem a ver com a forma como está reformulado o ponto na ordem de trabalhos. Neste momento a Assembleia tem o regulamento aprovado, o objetivo, penso que é anular, tomar uma decisão que anule e que não será tão automático de aprovar um novo regulamento, não será tão automático assim que o outro fique anulado, será que é alternativo? E o facto de ser alternativo automaticamente anula? Ou nós, até pegando nas palavras do nosso colega Hilário Santos, teremos daqui a poucos minutos dois regulamentos aprovados e se for necessário daqui a mais um mês, teremos o terceiro regulamento aprovado?-----
----- Deixo já esta questão que acho que precisa de ser esclarecida.-----
----- Naturalmente que, nestas circunstâncias excecionais que a humanidade vive e os cidadão dos concelho de Águeda estão tão penalizados como qualquer outro concelho do país, como qualquer outra região à escala planetária. Vivemos momentos históricos que precisam também de respostas históricas e uma iniciativa deste tipo, outras iniciativas que multipliquem iniciativas deste tipo, obviamente terão o apoio de todos nós, embora muitas vezes podemos criar dúvidas sobre o formato, sobre a metodologia, sobre a estruturação, sobre a organização, mas no essencial elas destinam-se a mitigar sobretudo, deveriam ser dirigidas sobretudo com contornos que as dirigisse para as classes mais desfavorecidas, para a tipologia de comércio mais penalizada, não sei se consigo perceber, vejo aqui uma certa universalidade, felizmente que as grandes superfícies estão claramente excluídas do âmbito deste regulamento, desta medida e saúdo essa exclusão.-----
----- Mas provavelmente os Aguedenses que foram inundados com milhões de retorno do AgitÁgueda, ainda há poucas semanas, na sequência de investimentos anuais, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

anualmente se repetem, de sete ou oito, centenas milhares de euros, assim por baixo, para não estarmos sempre aqui milhão para a frente, milhão para trás.-----

----- Esta iniciativa, e só esta iniciativa, sinceramente, pessoalmente, mas de acordo com as conversas que fomos tendo dentro do Grupo Municipal do Partido Socialista, sentimos que é muito pouco, sentimos que este ano era preciso mais ação, mais criatividade, mais iniciativa. Dá um pouco ideia que não havendo negócio de cerveja a criatividade esvai-se um pouco. Isto sabe-nos de facto a muito pouco, achamos que provavelmente esta iniciativa deveria ser complementada com outras, dirigidas essencialmente e de modo seletivo para os estabelecimentos mais penalizados, para os setores de atividade que maiores riscos de sobrevivência correm, para as famílias com maiores dificuldades.-----

----- Desde logo acho muito estranho que uma iniciativa deste tipo, não inclua como parceria a ACOAG, e lembro que a ACOAG já teve iniciativas deste tipo em anos anteriores, é capaz de saber alguma coisa sobre o assunto, nomeadamente dizer que há aqui algumas das vontades que esta iniciativa pretende ter e que na prática não irão funcionar tão bem como isso, a ACOAG sabe do assunto e acho estranho não estar envolvida como parceira. Acho, quando se fala, é muito vago, representante dos estabelecimentos aderentes, representante dos comerciantes, e não há uma referência expressa, não há um envolvimento, não há um convite, não há uma participação clara da ACOAG, parece-me estranho, não sei se haverá aí algum arrufo, mas a mim preocupa-me esse facto.-----

----- Até inclusive outras associações empresariais do nosso concelho, embora muitos, acho que quase todos, nos rimos em muitos aspetos que o Miguel Oliveira levantou, não serão eles impeditivos de..., poderão ser afinados, se bem que este Executivo habituou-nos um bocado a reservar para si próprio decisões de exceção e fazer das decisões de exceção a regra geral.-----

----- Está em causa, mais uma vez, fundos dos contribuintes e aquilo que nos preocupa é que esses fundos dos contribuintes tenham efetivamente uma objetividade e tenham uma utilidade para servir de sobrevivência, de instrumento para mitigar consequências da pandemia da Covid19.-----

----- Não sei se não estaremos ainda em tempo de ir muito mais além com outro tipo de iniciativas complementares, até porque as informações que tecnicamente vamos tendo é que os meses de outono e os meses de Inverno poderão ser muito mais complicados e trazer-nos muito mais dissabores em termos de economia, em termos de sobrevivência económica de muitas famílias, dos nossos vizinhos, dos nossos conterrâneos."-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
- “ Em relação à questão que colocou à Mesa, remeto-lhe para o antepenúltimo parágrafo da proposta, penso que tem lá a resposta clara à questão que colocou à Mesa.-----
- Dava a palavra ao Senhor Presidente, que passa a palavra, por sua vez, ao Senhor Vice-Presidente.”-----
- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----
- “ Primeiro, vou dirigir-me logicamente ao Hilário, cem por cento de acordo contigo, cem por cento desta forma como tu expuseste a situação, percebemos que aqui, tomáramos nós, tomara eu neste caso e tomáramos nós que para o ano não estejamos aqui com estas coisas, é sinal que o Covid passou, que a nossa economia não precisa destes apoios . Isto é um apoio extraordinário, uma medida extraordinária, que levou a alguma criatividade, porque isto, para chegar aqui, parece ser muito fácil, lê-se, em nove artigos, faz-se vinte e quatro perguntas.-----
- De resto, aqui só me apraz dizer duas coisas, uma só para esclarecer, que é, a proposta veio cá novamente para corrigir duas situações, os valores e os prazos, porque em vez de começar no dia um de julho, começa só no dia um de agosto.-----
- Logicamente estamos preparados para começar a arrancar com uma grande campanha, uma campanha de Águeda, uma campanha para fora de Águeda, uma campanha a nível nacional que permita perceber a toda a gente que as compras devem ser feitas em Águeda, nós queremos que as pessoas venham de Aveiro, venham das regiões para comprar em Águeda, que o comércio de Águeda precisa.-----
- O comércio de Águeda neste momento e com a crise que passou e que nós estamos todos a passar, precisa destes apoios, é lógico que isto não é um regulamento perfeito, nunca será, mas vamos fazer com que ele seja cumprido na sua essência, que as pessoas cumpram a sua palavra, que as pessoas percebam que isto é para o bem de todos.-----
- Nós inicialmente estávamos aqui a pensar em só apoiar o comércio tradicional com este regulamento, apercebe-mo-nos que no meio disto vamos apoiar também duzentas e tal famílias, isto também é bom.-----
- Pergunto, há alguma coisa que se faça de início e que seja logo perfeito? Não consigo fazer, digo muitas vezes, mais vale arriscar, muitas vezes pôr em causa incompatibilidades que aqui o Deputado Miguel, disse “*eu podia falar noutras, mas não falo*”, se calhar nessas é que devia falar, se acha que há aqui alguma incompatibilidade, então que as falasse.-----
- O nosso propósito é o comércio tradicional, é apoiar Águeda, e vi no discurso do Hilário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

um apoio, há um bocado a Assembleia estava a dizer à Câmara *"apoiem estas nossas Freguesias pelos tempos difíceis que estamos a passar"* o que a Câmara agora está a pedir à Assembleia *"apoiem-nos a ter estas iniciativas para que o comércio tradicional e as famílias em Águeda, não sofram tanto"* nós sabemos que vão sofrer.-----

----- E no discurso que ouvi foi o do Hilário, do PSD, a dizer, *"estamos com vocês, pode correr alguma coisa menos bem, estaremos cá para ajudar, para colaborar, para melhorar"* o resto são politiquices e depois vêm com aquelas ideia, continuam a falar da cerveja, tomara eu que se vendesse muita cerveja, que se tivesse vendido muita cerveja em Águeda este Verão, era bom sinal.-----

----- O que nós estamos aqui a pedir com este regulamento é que nos apoiem, a que isto tenha sucesso, promovam este regulamento, que digam lá fora, *"venham comprar em Águeda"*, que façam como fazíamos antigamente, antigamente nós dizíamos às pessoas *"em Águeda não vás lá porque não se passa nada"* começamos a convidar as pessoas de fora a vir cá, vamos fazer a mesma coisa. O comércio de Águeda precisa de nós, precisa que todos estejamos unidos para que pequenos pormenores passem ao lado e que nós para a próxima vez tragamos cá um regulamento, seja este ou outro qualquer, que seja melhorado.-----

----- Agora, não peçam a perfeição para fazer nada, não peçam isso, porque isso não faço, não sou perfeito e não vou fazer uma proposta destas.-----

----- Andamos aqui a estudar, falando com o comércio tradicional, falando com as pessoas, qual era o modelo que podíamos trabalhar uma vez que a nossa decisão tinha sido não fazer o AgitÁgueda e pôr os chapéus, por várias razões, logicamente que isto foi pedido à ACOAG, logicamente que falamos com a AIA, logicamente, queremos que a maior parte dos parceiros estejam connosco, queremos toda a gente envolvida neste projeto. Se isto for um sucesso para nós, será um sucesso para todos, aqui não há mais nada a esconder, não tenham problemas que não vai nascer aqui com este regulamento outro AgitÁgueda. Não tenham problemas que para o ano não haverá este regulamento, não haverá este apoio, se Águeda não precisar. Se o comércio tradicional precisar estaremos cá para o apoiar, com este regulamento melhorado ou outro qualquer, Deus queira que não, estou de acordo com o Hilário, tomáramos nós que para o ano não seja preciso nada disto, é bom sinal.-----

----- O resto para mim são politiquices e as respostas do Deputado Miguel já foram dadas por escrito."-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

----- “Senhor Vice-Presidente da Câmara, politiquice é isso que o Senhor acabou de fazer. Politiquice é o Senhor desprezar o trabalho de quem o quis ajudar a fazer bem. Pegou naquilo que o Senhor fez mal, identificou as insuficiências e deu-lhe uma oportunidade de corrigir, perceber onde é que estava mal, corrigir e fazer bem, nenhum dos seus colegas de bancada, dos Juntos, lhe fez isso.-----

----- Quando acabamos a última Assembleia, estivemos os dois lá fora a conversar sobre este assunto e o Senhor admitiu que a proposta tinha insuficiências e sabia que essa proposta ia voltar cá e sabia que por causa dessas insuficiências nós nos tínhamos absterido e o Senhor sabe que estou sempre disposto a ajudar quando solicitado, e se me tinha disposto a ajudá-lo, o Senhor só tinha que fazer uma coisa.-----

----- Não era depois queixar-se, fazer novamente um trabalho insuficiente e queixar-se das politiquices de quem lhe chama a atenção.-----

----- Porque o Senhor de facto não faz regulamentos perfeitos, mas é um homem sem defeito, não se lhe pode apontar um, o Senhor fica bravo imediatamente, uma coisa antiga, é lamentável.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “ O Senhor Vice-Presidente não respondeu à minha pergunta exatamente. Já temos o parecer do Ministério da Administração Interna? Se vai efetivamente entrar em vigor o concurso amanhã? Ou se corremos o risco de ter de voltar a vir aqui?”-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- “Desculpe Hilário, como é uma coisa nova também para nós, tínhamos a ideia que tínhamos que pedir autorização ao Ministério da Administração Interna para fazer este concurso. Não temos, é da competência do Presidente da Câmara.-----

----- Questionou esta situação porque se a Câmara tinha competência, a resposta que recebemos da parte deles foi que este concurso teria que ser feito pela ACOAG. Não faz sentido nenhum, porque se é a Câmara que tem a ideia, a Câmara é que tem o parecer, a Câmara tem o dinheiro, nós não precisamos da ACOAG, precisamos da ACOAG como parceiro, não tem que ser a ACOAG a fazê-lo: Questionei os serviços jurídicos e perguntei, quero que me vão ver alguns pontos para perceber se o Município tem competência para promoção do concelho, porque é que tem que ser a ACOAG?-----

----- O parecer jurídico que tenho, é que não era necessário neste caso e tendo em conta a questão que lhe coloquei, não era necessário autorização do Ministério da Administração Interna para fazer o concurso.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 31 de julho de 2020**

----- Outra questão será a dos impostos, poderão haver ou não, e daí a ideia não é gastar mais de cento e cinquenta mil euros sobre esta situação, o facto de não fazermos num mês, vamos para cem mil, os outros cinquenta mil, se houver impostos, teremos que pagar, foi aquilo que já disse aqui, não gastaremos muito mais que os cento e cinquenta mil euros.----

----- A ideia que temos é que nós não teremos que pagar esses impostos, esperemos nós, ainda vamos estes meses recorrer para ver se há uma forma de a Câmara, tendo em conta as competências e o tipo de concurso que estamos a fazer, que não haja essa necessidade, mas se houver, foi aquilo que já expliquei da outra vez, em vez de cento e cinquenta, reduzimos para cem mil euros em termos de prémios, os outros cinquenta mil euros serão possivelmente para impostos se houver caso disso, vou ser claro em relação à parte dos impostos.-----

----- Em relação à autorização para fazer o concurso, ao ir à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, o concurso arrancará, amanhã não digo, mas na próxima segunda, terça-feira arrancará com toda a publicidade que temos que fazer.-----

----- Fazemos, podemos fazer, competência nossa, os impostos haveremos de ver se teremos que pagar alguma coisa ou não.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar **por maioria, com uma abstenção do Grupo Municipal do CDS a proposta da Câmara Municipal de Regulamento - Campanha de Apoio ao comércio local “Compre em Águeda”**.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos desta reunião, pelas vinte e duas horas e cinquenta e um minutos, do dia trinta e um de julho, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: